



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os desafios de um contexto em retrocesso

TRANSVERSALIDADES DE GÊNERO: POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE PARA MULHERES

Ana Cássia da S. Francisco (Acadêmica) – anuska_sorriso@hotmail.com
Sueli Godoi (Orientadora), e-mail: sgodoi1964@gmail.com
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR/PARANAVAÍ

Resumo: Esse projeto de pesquisa de Iniciação Científica tem por objetivo identificar as ações e serviços de saúde com perspectiva de gênero no município de Paranavaí-PR. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental sobre transversalidade de gênero e política pública de saúde para as mulheres. Parte-se da contextualização da política de saúde em seu caráter universal, preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e também a contextualização do Plano Nacional de Políticas Públicas voltadas para as mulheres em vigor. Pretende-se com a referida pesquisa identificar a demanda reprimida por ações e serviços de saúde com perspectiva de gênero no sentido de fomentar discussões e debates visando promover a ampliação das ações de atenção integral à saúde das mulheres na rede pública.

Palavras-chave: Saúde; Gênero; Políticas Públicas.

Introdução

A saúde agrega valores de direito até então inexistente, reconhecendo as desigualdades sociais existentes no interior da sociedade e criando respostas para minimizá-las. Para isso, a participação dos diferentes segmentos da sociedade no processo de construção e institucionalização dessa política foi indispensável.

As mulheres constituem a maioria da população brasileira e são as principais usuárias do sistema Único de Saúde. Conformam, portanto, um segmento social fundamental para as políticas de saúde, especialmente porque as históricas desigualdades de poder entre mulheres e homens implicam em forte impacto nas condições de saúde das mulheres. Relacionada às questões referentes às relações sociais de gênero, bem como outras variáveis como raça, etnia, situação de pobreza, orientação sexual, idade, as desigualdades vivenciadas pelas mulheres exigem atenção do SUS (BRASIL, 2013).



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os desafios de um contexto em retrocesso

Em 1983, foi lançado o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), e, destaca-se a importância da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação das políticas de saúde para as mulheres.

Segundo Barata (2009), a palavra gênero apresenta inúmeros sentidos dependendo do campo do conhecimento em cujo discurso se insere. Portanto, a autora conceitua gênero enquanto “o conjunto de seres ou objetos que possuem mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades” (BARATA, 2009, p. 74).

Historicamente, as políticas sociais eram desenhadas e aplicadas apenas pela elite política (homens brancos, heteronormativos, com alto grau educacional, concentração de renda e inserção social). As vozes e as experiências originadas fora da esfera hegemônica não eram consideradas legítimas, uma vez que o Estado não as qualificava em seu horizonte de atuação. As mulheres não estavam presentes na política – nem na tomada de decisões nem como suas destinatárias específicas (BANDEIRA; ALMEIDA, 2004).

Importante sinalizar que as políticas públicas de gênero consideram a diversidade dos processos de socialização, cujas consequências se fazem presentes ao longo da vida nos conflitos e nas negociações produzidos nas relações interpessoais entre homens e mulheres e internamente entre homens ou entre mulheres.

As relações de gênero são constitutivas da vida humana, e, portanto originadas em todas as cenas sociais, compreende-se a necessidade de estabelecer o debate sobre a interface entre a política de saúde e a perspectiva de gênero. Sendo assim, as reflexões que irão nortear nossa pesquisa buscam contribuir para uma leitura crítica sobre o uso da perspectiva de gênero nas ações e serviços de saúde, contextualizando a realidade brasileira e ousando



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os desafios de um contexto em retrocesso

fomentar discussões e debates que possibilite a ampliação ou promoção da atenção integral à saúde das mulheres na rede pública municipal.

Materiais e métodos

Referente à forma de abordagem do fenômeno pesquisado buscando torná-lo explícito optamos pela pesquisa qualitativa. Isso porque, a abordagem qualitativa coloca o pesquisador em relação direta com o objeto de estudo o que possibilita a percepção de fatos abstratos proeminentes para a pesquisa. E desta forma, pressupõe o envolvimento do pesquisador e sua relação de intersubjetividade com os grupos sociais. (CANZONIERI, 2010; MINAYO, GUERREIRO, 2014).

As técnicas de pesquisa a ser utilizada serão a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira também conhecida como “estado da arte” possibilita identificar o que, como, por quem e onde os temas em questão foram ou estão sendo estudados.

A pesquisa bibliográfica corresponde à busca de conhecimento prévio acerca de um problema em referências teóricas já tornadas públicas (CANZONIERI, 2010), tratam das contribuições de diversos autores sobre o assunto que se definiu na pesquisa, e, sua vantagem, “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2008, p. 50).

Tendo em vista a multiplicidade de plataforma de pesquisas de dados, para o “estado da arte” utilizaremos os periódicos científicos, periódicos de indexação disponíveis em redes eletrônicas por meio de base de dados Scielo (www.Scielo.org), e periódicos da CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), será priorizado periódicos *qualis A* e *B*, através da identificação do ISSN na plataforma Sucupira. A seleção preliminar dos artigos será feita através da leitura exploratória e crítica do título, resumo, palavras-chave e metodologia.



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os desafios de um contexto em retrocesso

A segunda (pesquisa documental) é quando elaborada a partir de materiais que “não receberam tratamento analítico” (GIL, 2008, nesse caso em questão utilizaremos a Política Nacional de Atenção a Saúde e o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, enquanto documentos norteadores do estudo.

Resultados e Discussão

Por se tratar da apresentação de um projeto de Iniciação Científica que ocorrerá no período de Agosto de 2018 a Junho de 2019, não apresenta a discussão entre o referencial teórico a ser utilizado e a pesquisa de campo proposta. No entanto, espera-se como resultado identificar a demanda reprimida por ações e serviços de saúde com perspectiva de gênero no município de Paranavaí no sentido de fomentar discussões e debates visando promover a ampliação das ações de atenção integral à saúde das mulheres na rede pública.

Considerações finais

A inclusão da abordagem de gênero e da integridade é imprescindível numa política pública comprometida com a transformação das desigualdades e a construção de uma sociedade mais igualitária e justa para as mulheres e homens, de todas as classes, todas as raças e todas as gerações. A busca por articular as políticas públicas com a perspectiva de gênero é atual e denuncia o fato de elas não serem neutras no que diz respeito à condição de gênero e aos impactos diferenciados que ocasionam em homens.

Desta forma, as desigualdades entre homem e mulher, levando em consideração suas particularidades precisam ser identificadas e analisadas também no âmbito da saúde evidenciando as desigualdades em saúde afetas aos homens e mulheres com enfoque de gênero e as particularidades do sexo biológico.



ANAIS DO III SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: Os desafios de um contexto em retrocesso

Agradecimentos

Aos organizadores do evento por possibilitar a participação e divulgação da pesquisa da qual pretendemos desenvolver. A orientadora da pesquisa Mestre Sueli Godoi pela disponibilidade do desenvolvimento da pesquisa.

Referências

BARATA, RB. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde. 120 p. disponível em: <http://books.scielo.org/id/48z26/pdf/barata-9788575413913.pdf>. Acesso em 20 de Abril de 2018.

BANDEIRA. L. M; ALMEIDA; T. M. C. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do Ceam**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2013

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2013. 114 p.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf.

Acesso em 20 de Abril de 2018.

CANZONIERI, A.N. **Metodologia da pesquisa qualitativa na saúde**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecílio de Souza. GUERRERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como Éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência e Saúde Coletiva**, V. 19, n. 4, p. 1103 – 1112, 2004.